

COVID-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade

Informação de qualidade para aperfeiçoar as políticas públicas e salvar vidas

Nota Técnica No. 42

Enfrentamento dos Desafios Provocados pela Pandemia da COVID-19 na Educação Brasileira - Uma Avaliação dos Planos de Governo dos Candidatos a Presidente e a Governador de São Paulo no Segundo Turno

Principais Conclusões

- Os planos de governo dos candidatos que disputam a presidência e o governo de São Paulo reconhecem os danos da pandemia da COVID-19 na educação, principalmente aqueles relacionados com a defasagem de aprendizado. Lula e Bolsonaro, Haddad e Tarcísio apresentam propostas para recuperação do aprendizado dos alunos impactados pela pandemia sem indicar metas concretas ou compromissos com novos investimentos;
- Os programas dos candidatos à presidência divergem quanto ao papel de coordenação do Ministério da Educação (MEC) sobre as redes de ensino estaduais e municipais e não apresentam políticas específicas para reduzir as desigualdades locais e regionais que foram agudizadas durante a pandemia da COVID-19. Os planos analisados, tanto dos candidatos à presidência quanto dos candidatos ao governo de São Paulo, dão pouca importância à atuação do governo federal na garantia da qualidade do ensino público e na redução de desigualdades que aumentaram durante a pandemia;
- A evasão escolar, problema antigo e persistente do sistema de ensino brasileiro, não aparece nos programas dos candidatos à presidência, mas aparece nos programas dos candidatos a governador de São Paulo, variando em nível de profundidade. É preciso que todos os candidatos reconheçam o problema e proponham soluções concretas;

- Todos os programas analisados apresentam propostas voltadas à universalização do acesso à internet, exceto o plano de Tarcísio de Freitas, candidato a governador do estado de São Paulo. O acesso à internet é uma necessidade inadiável para garantir o direito de educação de qualidade no país e deve ser reconhecido como tal;
- Os programas não apresentam planos específicos para a melhoria da infraestrutura das escolas e para maiores iniciativas preventivas, como a melhoria da ventilação nas salas de aula, que contribuam no combate à pandemia da COVID-19 no contexto escolar. Com a baixa cobertura vacinal infantil, as medidas de prevenção e proteção continuam sendo negligenciadas.
- A vacinação para a COVID-19, sobretudo as doses de reforço, se encontra em situação preocupante na população em idade escolar. Apenas os planos apresentados por Lula e Haddad citam medidas para a imunização da população, sem destacar a vacinação contra o SARS-CoV-2 ou assumir compromissos específicos em benefício da comunidade escolar;
- Nenhum programa se compromete com a distribuição e obrigatoriedade do uso de máscaras nas escolas, com garantia de ventilação e água, ou isolamento de casos suspeitos ou confirmados.

Introdução

Desde o início da pandemia da COVID-19, a Rede de Pesquisa Solidária (Rede) tem insistido na importância de compreender seu impacto em diversos setores, entre elas a Educação. Inicialmente, a Rede se dedicou a estudar as políticas que foram adotadas para o fechamento do ensino presencial em março de 2020 e a adoção do modelo remoto de aulas como medida emergencial. Ao longo de 2021 e 2022, as notas da Rede ofereceram dados para monitorar as políticas adotadas na implementação do ensino remoto, híbrido e presencial. Diferentes notas mostraram também que os esforços para ampliar a vacinação e implementar medidas sanitárias para evitar surtos nas escolas apresentam problemas que aumentam os riscos de infecção para a comunidade escolar. Temos defendido a urgência de políticas públicas que reduzam os prejuízos provocados pela pandemia aos alunos e comunidade escolar das redes públicas de ensino.

Nos estudos da Rede, apontamos que a adoção do ensino remoto agravou as desigualdades educacionais devido à baixa qualidade das políticas adotadas e à demora em seu aprimoramento. No contexto de milhões de estudantes sem acesso à internet¹, ou com acesso insuficiente, não houve investimentos suficientes para oferecer ensino a distância. Ao mesmo tempo, o ensino presencial foi retomado com fragilidades e lacunas importantes nos protocolos para proteger a comunidade escolar.² Neste cenário, tem havido aumento das taxas de evasão escolar³ e analfabetismo⁴, além de grande defasagem educacional dos estudantes da rede pública. Considerando que a vacinação desses grupos tem avançado em um ritmo lento, a Rede tem reafirmado que as políticas educacionais precisam ser melhor articuladas intersetorialmente, especialmente com as políticas de proteção da saúde das crianças e adolescentes.

1 1 em cada 3 alunos tem problemas na conexão à internet ao tentar ver aulas on-line, diz Unicef. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/30/1-em-cada-3-alunos-tem-problemas-na-conexao-a-internet-ao-tentar-acompanhar-aulas-on-line-diz-unicef.ghtml>. Acesso em 06/10/2022.

2 Barberia LG, Bastos LS, de Sousa TCM. School reopening and COVID-19 in Brazil. *Lancet Reg Health Am* 2022;5:100149.

3 NERI, M. C., OSORIO, M. C. Retorno para Escola, Jornada e Pandemia. FGV Social. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/RetornoParaEscola/>

4 Nota técnica: Impactos da pandemia na alfabetização de crianças. Todos Pela Educação. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>

É grande a responsabilidade sobre a escolha dos próximos representantes e gestores que ocuparão os cargos do Executivo pelos próximos 4 anos e esta nota analisa os programas de governo dos candidatos à presidência e ao governo de São Paulo que passaram para o segundo turno das eleições. O foco da nota é discutir a profundidade com que os programas de governo se dedicam a responder aos desafios decorrentes da pandemia. A nota busca avaliar os programas de governo com base em seis pontos principais que visam avaliar em que medida os planos apresentam soluções para problemas urgentes para a comunidade escolar: **(1) reconhecimento dos desafios gerados pela pandemia da COVID-19; (2) retomada de investimentos na educação e na infraestrutura das escolas; (3) políticas para reduzir a evasão escolar; (4) retomada e reforço do ensino após o retorno às aulas presenciais; (5) expansão para o acesso à internet; e, (6) propostas para o avanço na vacinação contra SARS-CoV-2 nas crianças e jovens e medidas sanitárias gerais.**

Os Impactos da Pandemia da COVID-19 nas Crianças, Adolescentes e na Educação

Em primeiro lugar, é importante avaliarmos se os planos de governo se preocuparam em fazer um **reconhecimento dos desafios gerados pela pandemia da COVID-19**, considerando que a educação foi uma das áreas mais afetadas pelas políticas de contenção da disseminação do vírus da COVID-19. Como política para diminuir a velocidade da circulação do vírus na sociedade, a educação remota foi adotada em larga escala na maioria dos estados e municípios pelo país. No entanto, os planos de ensino remoto foram implementados com atraso, de maneira improvisada e sem apoio do governo federal. O primeiro desafio desse modelo de ensino foi a desigualdade de acesso aos meios digitais, sobretudo em relação a equipamentos para o acompanhamento das aulas e o acesso à internet, de alunos e de professores. Em 2020 mostramos que os dados mais recentes apontavam que apenas 71% dos domicílios brasileiros tinham algum acesso à internet. Quando observado por regiões, a desigualdade era evidente: o Nordeste, por exemplo, apresentava a menor taxa de acesso, com apenas 65% dos domicílios com conexão à internet. Complementarmente, observamos a demora dos governos de estados e municípios em prover essa necessidade urgente dos estudantes.

O acompanhamento dos estudantes por secretarias de educação e professores também foi uma medida pouco adotada no contexto de ensino à distância, implicando na dificuldade de controle sobre o engajamento dos alunos nas atividades síncronas e/ou assíncronas. A PNAD COVID-19 de 2021 mostrou que quase metade dos estudantes de 6 a 17 anos da rede pública (aproximadamente 47%), que declararam realizar alguma atividade remota, dedicaram menos de 2 horas diárias aos estudos⁵. O resultado enfrentado por estados e municípios, após a volta do ensino presencial, foi a defasagem expressiva no aprendizado de crianças e jovens⁶ da rede pública. A pandemia ainda legou ao sistema educacional taxas expressivas de evasão escolar⁷ e diminuição dos investimentos em educação⁸. Nesse sentido, com o objetivo de solucionar os problemas deixados pela pandemia da COVID-19 na área educacional é necessário que os candidatos reconheçam de maneira integral estas questões e proponham soluções, por meio de políticas públicas efetivas.

5 <https://static.poder360.com.br/2021/12/Sintese-de-Indicadores-Sociais-Uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populacao-brasileira-2021.pdf>, acesso em 6/10/2022

6 https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/89499b7c-6c99-4333-937d-1d94870d3181?utm_source=site&utm_campaign=perda_aprendizagem_pandemia

7 https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota, acesso em 6/10/2022

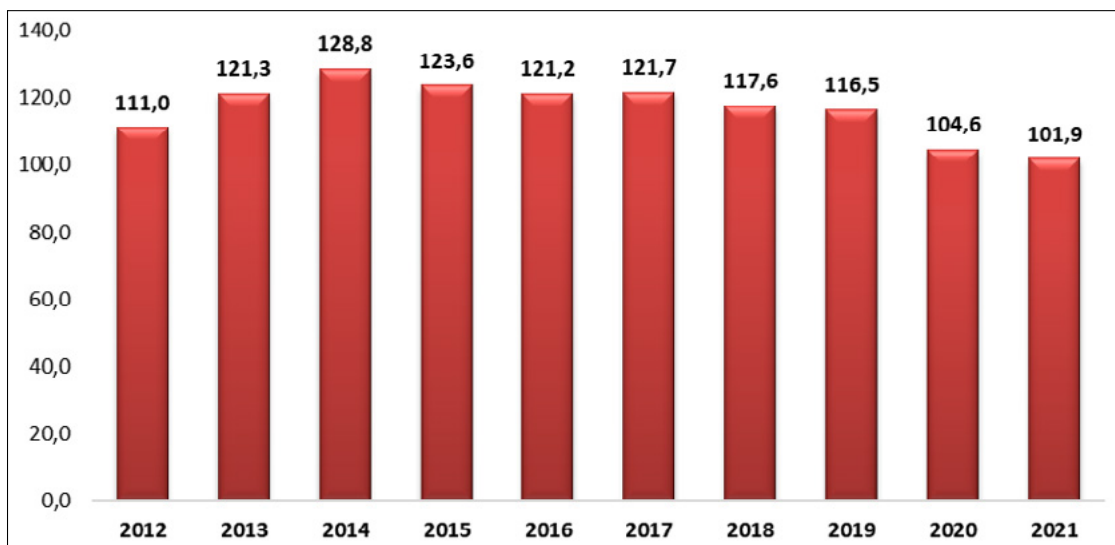
8 <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/07/boletimpps-33-23julho2021.pdf>

As evidências mostram que houve cortes orçamentários na educação no momento em que o país precisava reforçar o apoio educacional às crianças, adolescentes e comunidade escolar que agora exigem a **retomada de investimentos na educação e na infraestrutura das escolas**. Com a queda da arrecadação em decorrência da pandemia, houve uma queda brusca nos recursos disponíveis a serem investidos nas mais diversas áreas, entre elas a educação, sobretudo em 2020, ano de surgimento da pandemia. Como resposta, o governo federal e o congresso aprovaram transferências compensatórias e o não pagamento da dívida com a União. No entanto, estas transferências não estavam atreladas a gastos específicos, como a exigência do cumprimento ao mínimo constitucional que deve ser destinado à educação.

As análises realizadas pela Rede revelam que o governo federal optou por reduzir substancialmente o montante despendido em educação, atingindo, entre 2020 e 2021, os menores patamares de investimento educacionais desde 2012, como mostra a Figura 1.

Se olharmos mais detalhadamente para essa queda de gastos, em 2020 ela é explicada por uma redução em quase todas as rubricas da educação, em particular com menor verba para a educação básica, com ensino superior e as universidades federais. Já em 2021, ainda que a queda de gastos em educação tenha sido menor, o que pode ser explicado pela elevação das transferências federais para a educação básica, e pelo aumento de verbas oriundas do FUNDEB, houve nova redução de gastos com ensino superior.

Figura 1 - Despesas empenhadas em Educação pelo Governo Federal
(Bilhões de R\$ de 2021)⁹ entre 2012 e 2021.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tesouro Nacional¹⁰

A redução de gastos em educação por parte da União, principalmente expressa na figura do MEC combinada com a falta de coordenação nacional durante a pandemia, trouxeram consequências negativas também na esfera subnacional, com os estados optando por cortes na educação. Mostramos que os estados reduziram os investimentos em educação em 2020 em relação a 2019,

⁹ Os dados aqui apresentados foram corrigidos pela inflação para o ano de 2021 utilizando-se a calculadora do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, presente no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>, acessado em 07/10/2022.

¹⁰ Dados do Tesouro Nacional são oriundos do endereço eletrônico <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn/2021/114>, acessado em 06/10/2022.

e muitos mantiveram cortes em 2021¹¹. Os investimentos com educação em 2020 caíram em todos os estados, entre 2% e 42% se comparados a 2019.

Além das necessidades excepcionais do período, como a ampliação do acesso à internet para permitir o ensino remoto, treinamento e capacitação de profissionais para o uso das plataformas e criação de aplicativos e sites com conteúdo pedagógico, que exigiram aumento considerável dos investimentos, a pandemia evidenciou a necessidade de novos investimentos em infraestrutura para as escolas, por exemplo, na melhora da ventilação das salas de aula, uma prioridade nova que se mostrou muito importante na redução de riscos.

Esta realidade exige dos candidatos, tanto no nível federal como estadual, investimentos para recuperar os danos no aprendizado, recuperação que inclui enfrentamento de problemas diversos, como a ampliação do acesso à internet, a melhora da estrutura física das escolas e questão da saúde mental e do sofrimento psicossocial associados ao aumento de pobreza e desemprego das famílias, que têm impacto na evasão escolar¹². Neste sentido, esta nota examina os programas dos candidatos, a fim de verificar se estes apresentam propostas para ampliar os montantes disponíveis para a educação, bem como estratégias de coordenação por parte de ministérios e secretarias para garantir que estes recursos sejam bem empregados.

A **evasão escolar**, problema persistente do sistema de ensino público brasileiro, se agravou com a pandemia da COVID-19. Os dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua¹³ de 2019 mostraram que o atraso ou abandono escolar já atingia 12,5% das crianças e adolescentes de 11 a 14 anos e 28,6% dos adolescentes de 15 a 17 anos. Entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 11% estavam atrasados e 63,5% não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório.

A Pesquisa Retorno para Escola, Jornada e Pandemia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁴, apontou que o ápice da evasão escolar foi no terceiro trimestre de 2020, quando 5,51% das crianças deixaram as salas de aula, um retrocesso de mais de uma década, se comparado aos níveis observados em 2007. E a taxa de evasão escolar de alunos entre 5 a 9 anos saltou de 1,41%, do último trimestre de 2019, para 4,25%, no mesmo período de 2021. O Censo Escolar de 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicou uma redução de 1,3% de matrículas nas escolas de educação básica do Brasil, o que equivale a 46,7 milhões de matrículas nas 178,4 mil escolas de educação básica no Brasil, o que representa 627 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2020.

Entende-se que o aumento da evasão durante a pandemia esteve relacionado também com a dificuldade para o acompanhamento das aulas remotas por falta de computadores, tablets ou mesmo celulares para o acesso à internet, não solucionada por governos locais. Além disso, é importante considerar que, devido à diminuição de renda de muitas famílias brasileiras durante a pandemia¹⁵, a evasão também pode ser entendida como resultado de um contexto em que muitos adolescentes

¹¹ A Rede discutiu de maneira aprofundada a questão orçamentária da educação e suas consequências no Boletim Técnico No. 33. Em 2020, a ausência de esforços do Ministério da Educação e do Ministério da Economia para coordenar ensino e socorro fiscal reforçou a desigualdade regional. Rede de Pesquisa Solidária. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/07/boletimpps-33-23julho2021.pdf>

¹² Paiva, V.; Garcia, M.R.V.; Franca Junior, I.; Gonçalves da Silva, C.; Simões, J. A.; Galeão, L.; Ayres, J. R. C. M. & Grupo Juventude Saúde e Direitos Humanos. Youth and the COVID-19 crisis: Lessons learned from a human rights-based prevention program for youths in São Paulo, Brazil. GLOBAL PUBLIC HEALTH. v., p.1 - 14, 2021.

¹³ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>

¹⁴ <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/01/4978916-evasao-escolar-dispara-durante-pandemia-da-covid-19.html>

¹⁵ <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em 08/10/2022

precisaram trabalhar para contribuir com a renda familiar¹⁶. Dessa forma, é esperado que os planos de governo apresentem propostas de busca ativa dessas crianças e adolescentes, mas também que, dentro de uma leitura multifatorial sobre o problema, apresentem propostas sobre permanência.

As evidências reforçam que há urgência na **retomada e reforço após o retorno às aulas presenciais** visando auxiliar os alunos que apresentem déficit educacional. Os dados revelam que há perdas desde a educação infantil até o ensino médio. Um estudo recente¹⁷, comparando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2012 a 2021, demonstrou que houve um grande aumento da porcentagem de crianças entre 6 e 7 anos que não sabiam ler e escrever, segundo as respostas de seus responsáveis. Em 2019, ano pré-pandemia, essa porcentagem era de 25,1% e em 2021 passou para 40,8%. Resultados recentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021, a partir de uma amostra de alunos do segundo ano do ensino fundamental, também mostraram uma queda de 24,5 pontos na proficiência média em língua portuguesa, entre 2019 e 2021. No ensino médio, ingressantes no terceiro ano do ensino médio em 2021, obtiveram uma queda em proficiência de cerca de 10 pontos em matemática e 9 em língua portuguesa, de acordo com pesquisa do Insper¹⁸. Essas estatísticas demonstram que as perdas são expressivas e corroboram com a necessidade de se propor medidas eficazes para conter os atrasos no ensino-aprendizagem.

No esforço para mapear formas para superação desses problemas, o relatório da UNICEF, em parceria com a UNESCO e o Banco Mundial¹⁹, propõe que a recuperação dessas perdas estejam atreladas às políticas educacionais em três principais eixos, sendo eles: i. Identificação e Alcance dos mais Vulneráveis, ii. Aprendizagem, e iii. Bem-estar/Proteção. O documento foi baseado em experiências em diversos países com atrasos no aprendizado em razão das políticas de contenção da COVID-19. Nesse sentido, a UNICEF propõe uma série de medidas que, em primeiro lugar, garantam o retorno de jovens e crianças para escola, como as políticas de contato com os estudantes que tenham se ausentado das aulas e/ou retirado suas matrículas. Em segundo lugar, políticas que proponham diagnósticos específicos e individuais de todas as defasagens acumuladas no período de fechamento total e parcial das escolas, para que as secretarias de educação possam reorganizar os conteúdos a partir da formulação de um programa de recuperação de aprendizagem. Em continuidade, também prevê a necessidade de fornecimento de apoio pedagógico, materiais didáticos e assistência adicional aos alunos, além de capacitação de professores para que possam incluir na rotina de reforço as novas tecnologias. Por fim, a UNICEF sugere a adoção de auxílios para questões de saúde mental, nutricional e acolhimento para garantia do bem-estar e proteção de crianças e adolescentes na escola, sobretudo aqueles socialmente mais vulneráveis, que são essenciais para garantir a permanência dos alunos na escola. Para isso, é necessário que a interlocução entre as áreas da saúde e educação dos governos seja mais efetiva.

A pandemia da COVID-19 evidenciou que a igualdade de **acesso à internet** é fundamental para que se equiparem as condições de utilização dos meios digitais de aprendizagem. De acordo com os dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE²⁰, o número de estudantes com 10 anos ou mais

16 Paiva et al. 2021. "Youth and the COVID-19 crisis: Lessons learned from a human rights-based prevention program for youths in São Paulo, Brazil." *Global Public Health*, 16(8-9), pp.1454-1467.

17 Todos pela Educação. 2021. NOTA TÉCNICA: IMPACTOS DA PANDEMIA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>. Acesso em: 06/10/2022.

18 BARROS, R. P. et al. 2021. Relatório Perda de aprendizagem na pandemia. Instituto Unibanco, Insper. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/89499b7c-6c99-4333-937d-1d94870d3181?utm_source=site&utm_campaign=perda_aprendizagem_pandemia. Acesso em: 06/10/2022.

19 UNESCO, UNICEF, BANCO MUNDIAL. 2022. Where are we on Education Recovery? Taking the Global Pulse of a RAPID Response. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/where-are-we-education-recovery>. Acesso em: 06/10/2022.

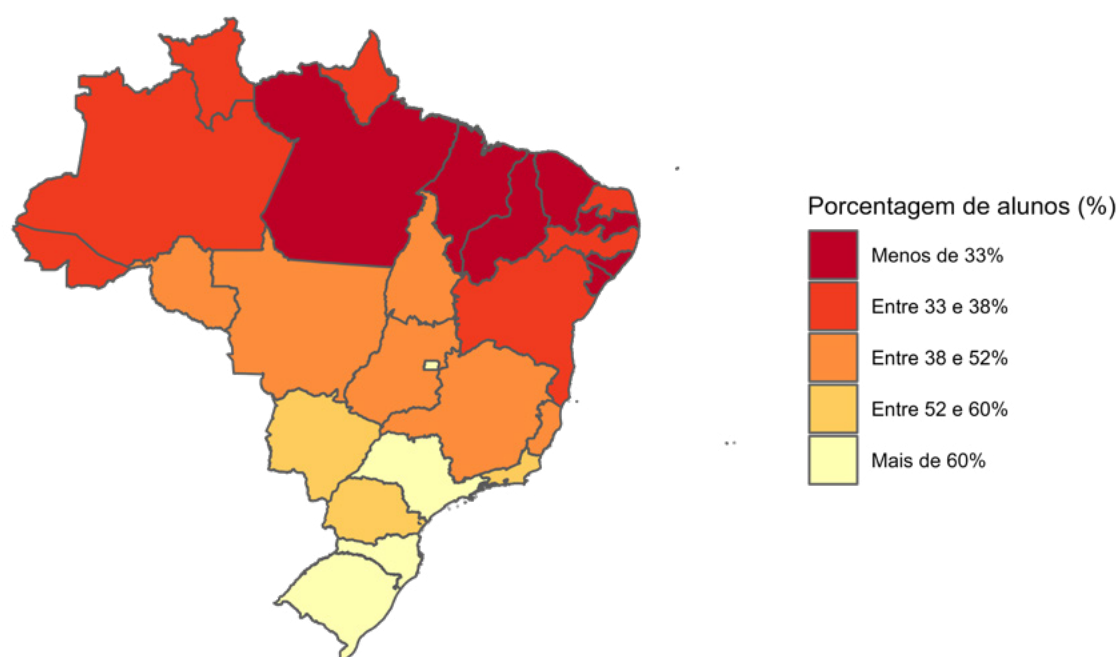
20 <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019#:~:text=As%20informa%C3%A7%C3%B5es%20foram%20divulgadas%20hoje,as%20grandes%20regi%C3%B5es%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 6/10/2022

com acesso à internet cresceu de 86,6% em 2018, para 88,1% em 2019, contudo, 4,3 milhões ainda não tinham acesso à internet quando surgiu a emergência sanitária da COVID-19, sendo grande parte desses estudantes provenientes de escola pública (95,9%). Com o isolamento social e o ensino remoto aplicado às escolas, esse contingente de estudantes sem acesso à internet se tornou central no debate a respeito da democratização da educação e a acentuação das desigualdades sociais.

A pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros (TIC Domicílios)²¹, realizada no último trimestre de 2019, indicou que 98,4% dos estudantes de escola particular tinham acesso à internet, contra 83,7% de estudantes de escola pública. Além disso, 97,4% dos estudantes relataram utilizar o serviço através do celular, mas apenas 64,8% dos alunos de escolas públicas tinham o aparelho para uso pessoal. A desigualdade de acesso é também regional, uma vez que no Norte e no Nordeste o percentual de estudantes com acesso à internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente.

Durante o período de isolamento social, a falta de computadores, tablets, celulares, ou acesso a redes de internet dificultou o ensino remoto para alunos de 86% das escolas do país, de acordo com dados colhidos de setembro de 2020 a junho de 2021, pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), problema já apontado desde 2019 pelo IBGE. Desse número, o percentual de escolas municipais e estaduais que relataram dificuldades com a internet foram 93% e 95%, respectivamente, já o número de escolas privadas caiu para 58%²². No entanto, considerando-se que o acesso às aulas depende de uma conexão estável à internet (seja Wi-Fi ou um cabo ethernet) e de um dispositivo pelo qual o aluno possa assistir o conteúdo, analisar somente o acesso à internet sem considerar a qualidade desta pode levar à superestimação da conectividade dos alunos. Como mostra a Figura 2, a quantidade de alunos da rede pública que possuem, ao mesmo tempo, um computador e internet em casa é limitada até mesmo nos estados mais ricos. Com uma desigualdade orientada na direção norte-sul, em mais da metade dos estados brasileiros menos de 50% dos alunos possuem acesso à internet e a um computador. Todos esses dados mostram que existem grandes desafios que devem ser superados a fim de garantir a democratização do acesso à internet para os alunos brasileiros.

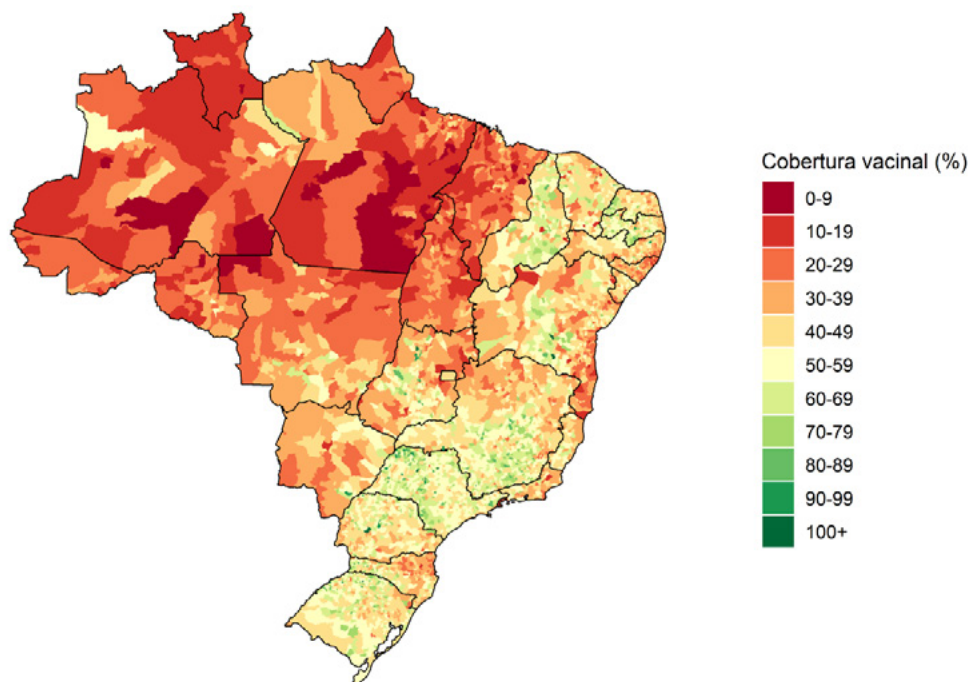
Figura 2 - Porcentagem de Alunos da Rede Pública com Computador e Internet em Casa (2019).²³



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. Figura elaborada pelos autores.

Como a Rede tem insistido, a Organização Mundial da Saúde continua defendendo que **iniciativas para o contínuo combate à pandemia** da COVID-19 são fundamentais. Como os pesquisadores da Rede têm defendido, a promoção de políticas dirigidas ao ambiente escolar com foco em propostas para o avanço na vacinação contra SARS-CoV-2 nas crianças são especialmente urgentes e o governo federal, em muitas instâncias, tem adotado políticas e discursos que contrariam a urgência na aplicação das vacinas para estes grupos. Os dados disponíveis indicam que a população brasileira que recebeu a terceira dose da vacina que protege contra a COVID-19 nas faixas mais jovens permanece relativamente baixa na maioria dos estados (Figura 3).

Figura 3 - Proporção da população que recebeu a 3ª dose de vacina para proteção contra SARS-CoV-2 nos municípios brasileiros²⁴



Fonte: SI-PNI, dados extraídos em 03 de outubro de 2022

Na data de divulgação desta nota da Rede, tanto a Anvisa, quanto a Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização da COVID-19 do Ministério de Saúde, aprovaram a vacinação com Pfizer para bebês a partir de 6 meses até 3 anos²⁵. Entretanto, do mesmo modo como havia ocorrido quando as vacinas foram aprovadas para as crianças de 3 a 4 anos, o Ministério de Saúde não implantou uma estratégia para comprar e iniciar a vacinação destas faixas etárias²⁶, tampouco realizou campanhas informativas de larga escala para orientar pais e mães sobre os benefícios da vacinação.

Após o surgimento da variante da Omicron, vários estudos internacionais têm reforçado recomendações da necessidade de uma 3ª dose após 4 meses da 2ª dose. A própria Câmara Técnica

²¹ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). (2020). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: Pesquisa TIC Domicílios, ano 2019. Disponível em: <http://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2019/domicilios/>

²² <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/31/pesquisa-cetic-ensino-pandemia.ghtml>, acesso em 06/10/2022

²³ O maior valor observado é o do Distrito Federal, com 69,8% dos estudantes da rede pública com acesso à internet e um computador pessoal.

²⁴ Alguns municípios apresentam cobertura para a terceira dose superior a 100%, isso se deve, entre outros fatores, a erros cadastrais gerados pela demora do sistema em aceitar cadastros para a quarta dose.

²⁵ <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2022/10/tecnicos-do-ministerio-da-saude-aprovam-vacinacao-com-pfizer-para-bebes-a-partir-de-6-meses.ghtml>, acesso em 8/10/2022

²⁶ Barberia LG, Boing A, Santana L, Cota W, Bastos LS. Government inaction on COVID-19 vaccines contributes to the persistence of childism in Brazil. *Lancet Reg Health Am* 2022;13:100346. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100346>.

de Assessoramento em Imunização da COVID-19 (CTAI) também indicou que essa faixa etária seja contemplada com a terceira dose, a fim de que tenha o esquema vacinal completo. Porém, no caso do Brasil, o Ministério da Saúde ainda não aprovou a compra das doses necessárias ou iniciou uma campanha para administrar a terceira dose para as crianças de 5 a 11 anos de idade.

Adicionalmente, desde agosto de 2022, as primeiras vacinas atualizadas contra a COVID-19, que oferecem uma maior proteção contra as variantes mais recentes do SARS-CoV-2 começaram a ser aprovadas e aplicadas nos Estados Unidos, Canadá, União Europeia e Reino Unido. No Brasil, o Ministério da Saúde não anunciou ou planejou a compra de vacinas atualizadas. Tais vacinas poderiam ser utilizadas para administrar as doses de reforço em professores e funcionários que trabalham nas escolas com vistas a diminuir as chances destes grupos contraírem a doença e manifestarem a forma mais grave da infecção, contribuindo assim para evitar o cancelamento de aulas. Não há, porém, qualquer previsão oficial de quando estas vacinas devem chegar ao Brasil e entrar na campanha de imunização do país.

Quando da reabertura das escolas ao ensino híbrido e presencial, desde 2021, a Rede lançou estudos^{27 28 29} acerca dos protocolos propostos pelos governos para a segurança biossanitária da comunidade escolar. A Rede constatou que faltaram medidas nesse sentido e faltou coordenação e investimentos do Governo Federal para efetivação das medidas necessárias. A importância de investimentos para a área da educação é mais uma vez ressaltada aqui, já que investimentos em infraestrutura ajudam também a garantir recursos mínimos, como é o caso do fornecimento de água e sabão nas escolas, além da adaptação do ambiente escolar com maior número de ambientes abertos e de janelas visando a ventilação adequada dos espaços escolares. Tais medidas, mesmo fora de um contexto de crise sanitária, influenciam na saúde e bem-estar dos alunos.

Os estudos da Rede evidenciam que durante o retorno progressivo ao ensino presencial no ano de 2021, e ao longo deste ano de 2022, o Ministério da Educação não elevou a qualidade dos protocolos sanitários adotados pelas Secretarias de Educação tanto nas redes estaduais quanto municipais das capitais para reduzir significativamente os riscos de contaminação para crianças e adolescentes. De fato, as medidas recomendadas pelo MEC demonstram baixa preocupação em fortalecer respostas no ensino que procurem diminuir as infecções na comunidade escolar, e este mesmo Ministério não agiu para coordenar medidas entre os estados e municípios. Em consequência, a Rede mostrou que houve um nível elevado de heterogeneidade nestes planos, que reforçam e aumentam as desigualdades preexistentes. As notas da Rede também apontam que medidas como o uso de máscaras de melhor qualidade, ventilação e monitoramento da qualidade do ar, testagem ativa e comprovação de vacinação, não foram adotadas de maneira adequada em 2021 e 2022. Sendo assim, as escolas permanecem sendo locais onde há alta transmissão e surtos da COVID-19 e onde é necessário implementar planos que viabilizem e aumentem as medidas de prevenção de transmissão de SARS-CoV-2. Tais medidas incluem o esforço em detectar casos na comunidade escolar e transparência sobre o número de casos e surtos detectados.

27 "Boletim 32: Com a volta às aulas presenciais na rede pública de estados e municípios, melhorias nos protocolos são necessárias para garantir maior segurança de alunos e profissionais da educação". Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-32/com-a-volta-as-aulas-presenciais-na-rede-publica-de-estados-e-municipios-melhorias-nos-protocolos-sao-necessarias-para-garantir-maior-seguranca-de-alunos-e-profissionais-da-educacao/>

28 "Boletim 39: Com a volta do ensino 100% presencial em todo o país em fevereiro de 2022, existem fragilidades nos protocolos sanitários que ameaçam a saúde de crianças e adolescentes". Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-39/com-a-volta-do-ensino-100-presencial-em-todo-o-pais-em-fevereiro-de-2022-existem-fragilidades-nos-protocolos-sanitarios-que-ameacam-a-saude-de-criancas-e-adolescentes/>

29 "Boletim 41: Os Retrocessos nas Políticas de Educação na Pandemia da COVID-19. Quando vamos proteger as crianças e os adolescentes?". Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-41-boletins/os-retrocessos-nas-politicas-de-educacao-na-pandemia-da-covid-19-quando-vamos-proteger-as-criancas-e-os-adolescentes/>

Nas seções seguintes desta nota técnica, apresentamos os resultados da análise dos programas de governo dos candidatos que disputam o segundo turno para os cargos de presidente da república e governador do estado de São Paulo com objetivo de identificar propostas e políticas que respondam às emergências educacionais e sanitárias apontadas até aqui. Para o estudo das propostas, tanto dos presidenciáveis, quanto dos candidatos ao governo do estado, foram examinados os programas oficiais de cada candidatura, conforme apresentados ao TSE e divulgados oficialmente.

Planos de Governo dos Candidatos à Presidência

Os programas de governo analisados foram o de **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT, coligação Brasil da Esperança - PT, PV, PCdoB, PSOL, Rede, PSB, Solidariedade, Avante, Agir e Pros) e **Jair Messias Bolsonaro** (PL, coligação Pelo Bem do Brasil - PL, PP e Republicanos).

Os programas de governo dos dois candidatos evidenciam que não há consenso nas propostas para a área de educação. De maneira geral, é possível observar que o programa do candidato à reeleição, Jair Messias Bolsonaro, apesar de ser extenso em análises e resultados do seu governo, não propõe quais políticas para educação que implementaria em um possível próximo governo. O programa do candidato Luiz Inácio Lula da Silva apresenta em tópicos as políticas propostas, com a educação incluída na seção sobre “Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos”, mas com pouca profundidade em cada um dos itens. A Figura 4 resume as propostas dos candidatos à presidência para cada um dos seis tópicos analisados na primeira parte desta nota.

Figura 4 - Propostas para a Educação nos Planos dos Candidatos à Presidência.



POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO	LULA (PT)	JAIR BOLSONARO (PL)
RECONHECIMENTO DOS DESAFIOS DA PANDEMIA	Reconhece: • Defasagem no aprendizado • Perdas materiais, pedagógicas e tecnológicas	Reconhece: • Defasagem no aprendizado
RETOMADA DOS INVESTIMENTOS E INFRAESTRUTURA	• Menciona Cortes • Retomada dos investimentos em educação • Valorização dos profissionais • Retomar a centralização do MEC sobre o emprego dos recursos com plano nacional	• Não cita.
EVASÃO ESCOLAR	• Não cita a evasão como problema • Não propõe medidas	• Não cita a evasão como problema • Não propõe medidas
RECUPERAÇÃO DE DANOS E REFORÇO PÓS-PANDEMIA	• Programa de recuperação educacional concomitante à educação regular	• Recuperação do ensino de forma híbrida, por meio do ensino à distância
ACESSO À INTERNET	• Propõe universalização do acesso • Prioridade para a Educação Básica	• Democratização da internet nas escolas • Prioridade para a Educação Básica • Ensino técnico e profissionalizante com foco na formação em programação
MEDIDAS SANITÁRIAS E VACINAÇÃO COVID-19	• Recuperar o PNI • Não menciona vacinação contra COVID-19	• Não cita a vacinação em nenhum contexto

Os programas dos candidatos à presidência fazem referência e **reconhecem**, em alguma medida, **os problemas causados pela pandemia na área de educação**. Enquanto a candidatura de Lula reconhece limitações materiais de acesso ao ensino durante a pandemia, Jair Bolsonaro reconhece apenas as questões pedagógicas de atraso educacional. Era esperado que os programas das candidaturas fizessem um diagnóstico mais profundo das novas questões educacionais que se colocam neste momento. Complementarmente, é necessário também que os programas estejam atentos para outras questões, não menos importantes, como o aumento das desigualdades educacionais entre alunos de escolas públicas e privadas, considerando sobretudo os mais vulneráveis social e economicamente, que foram os mais afetados durante a pandemia. Além disso, é de suma importância que reconheçam as altas taxas de abandono escolar e de evasão, do corte de investimentos no contexto pandêmico e do baixo acesso aos recursos digitais necessários para a recuperação dos atrasos dos estudantes.

Apenas a candidatura do PT fala em **retomada de investimentos** represados na pandemia, mas esta proposta é feita de maneira genérica, sem especificação do novo nível de investimento que será cumprido pelo novo governo. A candidatura de Jair Bolsonaro não se comprometeu em aumentar os investimentos em educação em seu programa. Durante a pandemia, o governo federal suplementou as receitas dos estados, mas não atuou para garantir o oferecimento da educação em todo o território nacional, tampouco coordenou as iniciativas de ensino remoto ou híbrido. A Rede, em 2020, mostrou que foram realizado cortes na educação em várias unidades da federação, mesmo tendo havido suplementação federal e recuperação da arrecadação fiscal, devido à falta de coordenação do governo federal. Em estudos recentes, a Rede mostrou aumentos expressivos de ICMS no 1º semestre de 2021, contudo a descoordenação do governo federal para a alocação adequada desses recursos penalizou as políticas educacionais, acarretando uma defasagem educacional com impacto para as próximas gerações³⁰.

Os planos carecem em desenvolver uma discussão aprofundada a respeito das necessidades de investimento na educação durante o retorno às aulas presenciais, sobretudo o plano de Jair Bolsonaro, que não fala em ampliar investimentos. São urgentes as reformas para reduzir os riscos de surtos nas escolas, com investimento em novos programas tais como aqueles voltados a aumentar o monitoramento da qualidade do ar e da qualidade de saneamento nas escolas. É de máxima importância o debate de propostas para que esses investimentos sejam coordenados de maneira efetiva para melhorar a infraestrutura escolar, eliminar o atraso educacional causado pela pandemia e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição da evasão escolar e desigualdades.

A questão da **evasão escolar** não aparece nos programas dos dois candidatos que passaram ao segundo turno na disputa pela presidência. É preocupante que os planos dos candidatos ao governo federal não tenham considerado o importante papel do Ministério da Educação em seu potencial de coordenar e implementar políticas de redução da evasão escolar, nem ao menos citando o interesse na busca ativa dessas crianças e adolescentes. A falta de propostas nos planos de governo dos candidatos à presidência sobre esta questão é preocupante, pois coloca em risco o desenvolvimento de toda uma geração de jovens.

Os planos de governo dos candidatos que disputam o 2º turno para a presidência mencionam a intenção de oferecer **alternativas para os alunos superarem as perdas e defasagens**. Jair Bolsonaro assume compromisso em oferecer um programa híbrido, priorizando aulas remotas conjuntamente com o ensino tradicional. No entanto, a aplicação de um sistema híbrido requer o enfrentamento

30 Boletim 35 da RPS: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-35-boletins/estados-tem-aumento-expressivo-de-icms-no-1o-semester-de-2021-mas-a-ausencia-de-coordenacao-nacional-e-de-estrategia-para-o-uso-dos-recursos-penalizam-as-politicas-educacionais-e-colocam-em-risco-uma/>

tanto de problemas infraestruturais das escolas como o de garantia do acesso dos alunos à internet. Como exemplo, a região norte do Brasil apresenta uma alta taxa de escolas sem acesso à internet, com estados como o Acre, Amazonas e Roraima com mais de 40% das escolas sem conexão³¹. Além da dificuldade do acesso nas escolas, que dificulta tanto a produção de conteúdo online pelos docentes quanto o acesso dos alunos a este conteúdo, ainda resta o desafio de sanar a carência de conexão estável e de qualidade para os discentes da rede pública fora do ambiente escolar, que, como mostrou a Figura 2, encontram-se em grande parte sem acesso à internet ou com conexão instável e precária.

Lula, por outro lado, propõe um Programa de Recuperação, aliado às aulas regulares, sem maiores detalhamentos. As políticas educacionais para recuperação das aprendizagens devem considerar que o aspecto pedagógico é parte importante, mas não único, na superação dos novos desafios que se impõem à gestão pública. Além do reforço escolar proposto pelos candidatos, primeiro são necessárias avaliações para diagnosticar de maneira individualizada as perdas no aprendizado, para a implementação de assistência didática e pedagógica que considere essas especificidades dos alunos, com a promoção de materiais didáticos adequados a essa nova realidade. O investimento na qualificação de professores para que se capacitem e desenvolvam novas formas de ensino-aprendizagem, adicionais ao ensino tradicional, como os recursos digitais e tecnológicos, conjuntamente com a universalização do acesso a internet, são também parte importante do processo de recuperação das defasagens. A necessidade de políticas de apoio à saúde mental, nutricional e de bem-estar psicossocial dos estudantes, deveria articular as pastas do Ministério da Saúde e da Educação na sua formulação e implementação³². Como visto, em ambos os programas das candidaturas à Presidência da República, pouco se detalhou sobre as políticas públicas para mitigação das problemáticas de ensino e correlatas, legadas pela pandemia.

Quanto ao **acesso à internet**, os programas dos candidatos Lula e Bolsonaro³³ mencionam realizar esforços para a universalização do acesso para alunos da educação básica sem especificar metas concretas. Novamente, estes programas carecem de especificar propostas concretas que devem ser implementadas durante o mandato dos presidentes, o que é alarmante dado o alto nível de carência de conexão estável e de qualidade na docência da rede pública em todos os níveis. Também, o candidato Jair Bolsonaro vetou, durante seu mandato, um projeto que garantiria o acesso gratuito à internet para alunos da rede pública³⁴. Tendo em vista que, no ensino médio, quase metade dos estudantes (47%) não possuem computador com acesso à internet e quase um quarto (24%) compartilha o celular que utiliza para as atividades escolares com familiares³⁵, há ainda uma grande lacuna entre a universalização do acesso e a realidade dos estudantes brasileiros. Ademais, como mostrou a Figura 2, na maior parte dos estados brasileiros mais da metade dos alunos da rede pública não possuem computador com acesso à internet. Estes dados mostram que há uma urgência no estabelecimento de metas concretas e realizáveis para que a garantia do acesso seja universal de fato e os alunos possam acompanhar os conteúdos que forem disponibilizados de forma *online*.

31 Conectividade das Escolas, Anatel. disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/conectividade-nas-escolas>.

32 Todas essas políticas de mitigação foram recomendadas a partir do relatório da UNICEF, UNESCO e Banco Mundial, de março de 2022, como citado anteriormente. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/115711/file/Checklist%20of%20Key%20Considerations%20.pdf>

33 O programa de Jair Bolsonaro cita a continuidade do programa Wi-Fi Brasil.

34 "Bolsonaro veta projeto que daria internet grátis para a rede pública". Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/bolsonaro-veta-projeto-que-daria-internet-gratis-para-a-rede-publica-29062022>

35 Os dois dados vêm da pesquisa do Datafolha encomendada pelo Todos pela Educação. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pesquisa-nacional-jovens-ensino-medio-2022/>

Quanto aos planos sobre **vacinação**, vemos que, apesar da baixa cobertura da vacinação para a COVID-19 nas crianças e adolescentes, e mesmo com as recentes aprovações de vacina para novas faixas etárias, nenhum dos programas propõe estratégias nacionais para o avanço desta política. Seria esperado, de um ponto de vista nacional, que o Governo Federal, através do poder de coordenação do Ministério da Saúde em cooperação com o Ministério de Educação, apresentasse um compromisso com a garantia de doses e planos de vacinação, ainda mais após o trágico cenário vivido durante a pandemia, com centenas de milhares de mortos³⁶ e pessoas vivendo com sequelas da COVID-19³⁷. O plano de Lula discute apenas o fortalecimento do Programa Nacional de Imunizações (PNI), de maneira geral, sem foco na pandemia da COVID-19 e sem citação específica a políticas voltadas à vacinação infantil; já Bolsonaro não menciona vacinação alguma, em nenhum contexto.

Além disso, é interessante também observar que nenhum dos programas menciona outras **medidas sanitárias de combate à pandemia em ambiente escolar**. No caso de um agravamento de casos e óbitos, os programas não contemplam políticas para reduzir os riscos e fortalecer campanhas preventivas nas escolas com a adoção de medidas já comprovadas que protegem a comunidade escolar, tais como a distribuição e o uso de máscaras nas escolas, o monitoramento da qualidade do ar, ou isolamento de casos confirmados e afastamento de casos suspeitos.

Planos dos Candidatos ao Governo de São Paulo

Em São Paulo, os candidatos que disputam o segundo turno ao governo do estado são **Tarcísio de Freitas** (Republicanos, coligação São Paulo Pode Mais, com Republicanos, PL, PSD, PTB, PSC, PMN) e **Fernando Haddad** (PT, coligação Vamos Juntos por São Paulo, com PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL, REDE, Agir).

Os planos de Fernando Haddad e Tarcísio de Freitas oferecem maior detalhamento quando comparados aos programas dos candidatos à presidência. O plano de Freitas, contudo, destinou uma maior parte de seus textos para diagnósticos acerca da educação em São Paulo, enquanto o documento de Haddad deu prioridade a um maior detalhamento de cada política que pretende implementar. A Figura 5 apresenta, de maneira resumida, as principais propostas de cada candidato, nos seis tópicos analisados.

³⁶ Segundo números conservadores, que não levam em consideração a subnotificação, 685.750 pessoas haviam perdido suas vidas para o COVID-19, até o dia 23 de setembro de 2022. Dados oficiais do Governo Federal. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

³⁷ Estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostrou que de 10% a 20% dos curados da covid-19 desenvolvem sequelas que podem chegar a altos graus de gravidade após a fase aguda da doença. "A condição pós-covid-19 é imprevisível e debilitante e pode, posteriormente, levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e sintomatologia pós-traumática", de acordo com o Relatório Europeu da Saúde 2021. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/7-oms-efeitos-pos-covid-19-atingem-10-a-20-dos-infectados/>

Figura 5 - Propostas para a Educação nos Planos dos Candidatos ao Governo de São Paulo.

POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO	FERNANDO HADDAD (PT)	TARCÍSIO DE FREITAS (REPUBLICANOS)
RECONHECIMENTO DOS DESAFIOS DA PANDEMIA	Reconhece: • Defasagem no aprendizado • Aumento da evasão • Crise na saúde mental de estudantes e profissionais • Aumento das desigualdades	Reconhece • Defasagem no aprendizado • Aumento da evasão • Crise na saúde mental de estudantes e profissionais.
RETOMADA DOS INVESTIMENTOS E INFRAESTRUTURA	• Investimentos em ensino integral • Capacitação de professores • Infraestrutura para escolas • Não menciona cortes na educação durante a pandemia	• Não cita investimentos • Não menciona os cortes
EVASÃO ESCOLAR	• Busca ativa • Repasse de bolsa mensal a alunos de baixa renda • Conectar os alunos com risco de evasão ao SUAS • Cuidados com a saúde mental dos estudantes • Programa para reduzir violência e bullying	• Busca ativa.
RECUPERAÇÃO DE DANOS E REFORÇO PÓS-PANDEMIA	• Criação de programas específicos para recuperar a alfabetização • Criação de programas específicos para recuperar o aprendizado	• Avaliações sistemáticas dos alunos • Suplementação de ensino para recuperar aprendizado • Continuidade de programas federais de recuperação de aprendizado
ACESSO À INTERNET	• Programa para garantir a universalização do acesso • Acesso para escolas rurais, quilombolas e indígenas • Digitalizar salas de aula • Formação de professores aos meios digitais	• Não cita políticas de ampliação do acesso
MEDIDAS SANITÁRIAS E VACINAÇÃO COVID-19	• Campanha emergencial para recuperar a vacinação de crianças e adultos • Ampliar a cobertura vacinal para COVID-19 • Modernizar as campanhas de vacinação	• Não cita a vacinação em nenhum contexto

Para compreender um pouco da gravidade da defasagem no aprendizado esperado no estado de São Paulo, a partir dos resultados de um estudo amostral do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), foi vista uma perda bastante relevante em proficiência dos alunos, reportada pela própria secretaria estadual de educação³⁸. No quinto ano do ensino fundamental, série de início desta etapa, foi verificado que em Língua Portuguesa o resultado foi de 223, em 2019, para 194, em 2021. Já em Matemática, foi de 243 e 196, em 2019 e 2021, respectivamente. No caso da corrida para o governo do estado de São Paulo, os programas analisados apresentam reconhecimento de danos na educação causados pela pandemia. Nesse sentido, ambos reconhecem que houve perda de aprendizagem. Fernando Haddad e Tarcísio de Freitas reconhecem também o aumento da evasão e a crise de saúde mental de alunos e professores, tema pouco discutido nos programas presidenciais. Para compreensão da dimensão do problema apresentado no contexto de volta às aulas no quesito saúde mental, em estudo da secretaria estadual de educação do estado de São Paulo, em parceria

³⁸ Secretaria Estadual de Educação. 2022. O IMPACTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO Avaliação Amostrai da Aprendizagem dos Estudantes. São Paulo: Governo do Estado. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/ Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Estudo-Amostrai.pdf>. Acesso em: 06/10/2022.

com o Instituto Ayrton Senna, em cerca de 642 mil respondentes, entre alunos do quinto ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio, cerca de 70% afirmaram ter algum sintoma de ansiedade e/ou depressão após o retorno³⁹. De maneira geral, os planos dos candidatos a governador detalham mais suas propostas e fazem um diagnóstico mais profundo, ainda que não suficiente, em comparação com os candidatos à presidência. Destaca-se que o aumento das desigualdades educacionais, aspecto importante a ser levado em consideração em propostas para resolução dos problemas apontados, foi mencionado apenas pelo candidato Haddad.

Dentre os estados, São Paulo foi o segundo estado com menos cortes na educação, com 4,3% de queda líquida nos investimentos, conforme o Boletim 33 da Rede. Esta realidade, no entanto, não justifica a ausência de políticas que ampliem **investimentos na educação, frente aos desafios da retomada** pós pandemia. Fernando Haddad, por exemplo, propõe ampliar escolas em ensino integral e melhorar a infraestrutura física. Porém, Haddad não apresenta, em seu plano, uma discussão a respeito dos cortes, e não se compromete com investimentos diferenciados para financiar os déficits e os novos programas. No caso de Tarcísio de Freitas, o programa não faz qualquer menção aos cortes ou a qualquer forma de aumento nos investimentos em educação.

No estado de São Paulo também é indispensável que se discuta a questão dos recursos para a educação. Além da importância de investir na retomada pedagógica, que exigirá recursos excepcionais, também são necessárias, como já foi apontado anteriormente, condições de infraestrutura voltadas às políticas sanitárias (como garantia de água, sabão, espaçamento, ventilação), importantes mesmo fora de um contexto pandêmico, pois influenciam no bem-estar da comunidade escolar.

Quanto à questão da **evasão escolar**, o cenário para o estado de São Paulo não é menos preocupante que o nacional. Segundo dados da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em 2021, mesmo após o retorno 100% presencial, 30% dos alunos não estavam comparecendo às aulas⁴⁰. No que tange a este tema, verifica-se que o programa de Fernando Haddad é mais detalhado, com propostas mais concretas e que consideram diversos fatores que podem contribuir para a solução deste problema. Já o programa de Tarcísio de Freitas se apresenta comparativamente mais superficial, como indicado a seguir.

Entre as políticas propostas por Haddad, está a criação do Cartão Permanência, com repasse de valor mensal a alunos de baixa renda, além de estratégias para potencializar a empregabilidade dos alunos. Haddad propõe também estratégias de busca ativa de alunos, conexão de alunos com risco de evasão escolar ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e campanhas para reduzir violência nas escolas, além de políticas de saúde mental voltadas à permanência dos estudantes no sistema escolar, ilustrando uma inédita articulação entre diferentes secretarias de estado. Já Tarcísio de Freitas propõe a busca ativa de alunos, a partir da continuidade da Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação, implementada pelo Governo Federal em maio de 2022.

³⁹ Instituto Ayrton Senna. 2022. Mapeamento aponta que 70% dos estudantes de SP relatam sintomas de depressão e ansiedade. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/mapeamento-aponta-que-70-por-cento-dos-estudantes-de-SP-relatam-sintomas-de-depressao.html>. Acesso em: 06/10/2022.

⁴⁰ “Com presença de 70% dos alunos, SP tenta reduzir evasão em escolas públicas”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/com-presenca-de-70-dos-alunos-sp-tenta-reduzir-evasao-em-escolas-publicas>

Após o reconhecimento dos problemas que surgiram, desde 2020, em decorrência da pandemia ou das medidas emergenciais para sua contenção, os programas dos candidatos ao governo de São Paulo propõem **medidas para sua superação**. Haddad propõe a retomada do pacto pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em 2012 pelo Ministério da Educação, além da criação do programa “Alfabetiza SP”, destinado aos alunos defasados por conta da pandemia. Propõe também o Programa Direito de Aprender, que é o nome do planejamento de apoio a escolas do estado, para recuperação das perdas de aprendizagem na pandemia. Já Tarcísio propõe monitoramento e suplementação para os alunos no Plano Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação e na Política Nacional de Alfabetização, criados pelo governo federal. Ambos os programas, portanto, atingem um dos cerne para superação dos atrasos. Porém, como já mencionado anteriormente, medidas que estabeleçam diagnósticos, assistência e apoio mais individualizado são imprescindíveis para a garantia do atendimento equitativo de crianças e jovens, impactados de maneira diferente pela pandemia, sobretudo ao considerar questões de ordem socioeconômica. Além disso, no âmbito da saúde mental e bem-estar, não menos importante, o programa do candidato Fernando Haddad tem como meta ampliar os cuidados com a saúde mental dos estudantes, através do fortalecimento de mecanismos coletivos de acolhimento e escuta e da rede de proteção social e também a implementação de um programa de saúde mental para alunos da graduação e pós-graduação. O candidato Tarcísio de Freitas, por sua vez, propõe a ampliação do apoio à saúde emocional dos dirigentes, equipes gestoras, professores e alunos, visando mitigar os impactos da pandemia sobre a saúde mental, com foco nos grupos mais vulneráveis e integração com Saúde, Justiça e Desenvolvimento Social, para adequado encaminhamento.

No que se refere à garantia do **acesso à internet** para os alunos da rede pública, Tarcísio de Freitas não apresenta nenhuma proposta. Isto é preocupante dado que, na rede pública paulista, 40% dos estudantes de ensino médio relatam não possuir computador com acesso à internet e 30% não possuem um celular pessoal próprio (isto é, que não precisam compartilhar com outras pessoas)⁴¹. Fernando Haddad demonstra preocupação com esse problema e propõe a universalização do acesso, a expansão da infraestrutura (estabelecendo a conexão à internet) das escolas mais distantes, quilombolas e indígenas, a digitalização das salas de aula e formação dos professores para esse contexto de utilização da internet como ferramenta de ensino. O plano de Haddad demonstra, portanto, preocupação com a carência de conexão dos alunos e das instituições de ensino, provendo tanto o acesso quanto a formação dos docentes da rede pública para esta nova ferramenta de ensino.

Quanto às políticas de **vacinação**, apenas o programa de Haddad fala em ampliar a cobertura vacinal para a COVID-19, além de citar o avanço da vacinação infantil como um todo. O candidato Tarcísio de Freitas não aborda o tema, nem mesmo para tratar da vacinação em sentido mais amplo. É importante que, além do que já foi mencionado sobre a baixa cobertura vacinal das pessoas em idade escolar, bem como o momento delicado de saída de uma pandemia, as escolas sejam reconhecidas como locais de grande potencial para a promoção da vacinação e de informações à população.

Contudo, apesar do plano de Haddad citar medidas voltadas à vacinação, nenhum dos dois planos, nem de Haddad, nem de Tarcísio, apresenta propostas voltadas a aumentar a vigilância sanitária e diminuir os riscos de transmissão do vírus da COVID-19 nas escolas. Como já foi apontado, os investimentos em infraestrutura das escolas devem andar ao lado de estratégias para garantir a

⁴¹ Dados retirados da pesquisa de opinião feita pelo Datafolha e encomendada pelo Todos pela Educação. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pesquisa-nacional-jovens-ensino-medio-2022/>.

higiene e o bem-estar escolar. Além disso, é importante observar que as escolas configuram ambiente de alto risco para transmissão do SARS-CoV-2⁴² e, em 2021, os protocolos de retorno às aulas presenciais estiveram muito aquém do ideal para garantir a segurança da comunidade escolar, o que na prática pode significar mais momentos de interrupção e descontinuidade das aulas devido a surtos, ou pior ainda, a perda de muitas vidas. Por fim, a Rede incansavelmente reitera como algumas medidas de baixo custo poderiam ter grande impacto na segurança dos jovens se implementadas nas escolas, como o uso de máscaras e o monitoramento da qualidade do ar⁴³, porém nenhum programa reconhece ou se compromete a investimentos nestas áreas.

Considerações Finais

Considerando as análises apresentadas nesta nota técnica, é possível verificar que os planos de governo dos candidatos que passaram ao segundo turno na disputa pela presidência e pelo governo do estado de São Paulo são parecidos em reconhecer que a pandemia afetou a comunidade escolar com grandes prejuízos. Os quatro planos analisados reconhecem a existência de problemas na área da educação em decorrência da pandemia, porém nem todos apresentaram diagnósticos multifatoriais sobre o problema, por vezes deixando de fora algumas questões como saúde mental, disponibilidade de internet, infraestrutura das escolas, desigualdades regionais, evasão escolar, e até o papel fundamental do Ministério da Educação como coordenador nacional para a área. Todos os programas dos candidatos para a Presidência e para o governo do Estado de São Paulo propuseram alguma medida para a recuperação e reforço do conteúdo perdido. Destaca-se que a evasão escolar foi ignorada, preocupantemente, pelos programas dos dois candidatos que disputam a cadeira presidencial, Lula e Bolsonaro.

A retomada dos investimentos e propostas para o aumento da infraestrutura aparece apenas no plano do candidato à presidência Lula e no plano do candidato ao governo do estado de SP, Fernando Haddad. Além disso, nenhum dos planos demonstra preocupação com os cortes e reduções no orçamento, consolidados pela emenda constitucional nº 119⁴⁴, de 27 de abril de 2022, que autorizou aos entes subnacionais a alocarem menos em educação do que o mínimo definido constitucionalmente, desde que a diferença fosse complementada até o fim do exercício financeiro de 2023.

Ao mesmo tempo, os programas foram, em geral, genéricos em suas propostas e, por consequência, não apresentaram metas específicas nos seis quesitos analisados. Há heterogeneidade nas propostas para o enfrentamento dos problemas identificados em alguns casos, como o caso da evasão escolar, que não foi considerado pelos planos dos candidatos à presidência, enquanto entre os candidatos para o governo de São Paulo contou com uma proposta mais simples de busca ativa e outra mais multifatorial envolvendo bolsa mensal, acompanhamento pelo SUAS e cuidados com saúde mental. Inclusive, chama a atenção que em alguns temas, os candidatos não tenham apresentado proposta alguma, com destaque para o caso de omissão do candidato Bolsonaro e do candidato Tarcísio de

⁴² Estudo mostrou que a transmissão do SARS-CoV-2 era mais acentuada em ambientes escolares do que na comunidade geral. Manica et al (2022). Disponível em: <https://demo2.dropcite.com/articles/3b4e0c76-5405-4c4c-91d8-53df47c0a9bb>

⁴³ O monitoramento do ar não foi política adotada por nenhum governo estadual brasileiro durante a pandemia, porém temos o exemplo recente da Holanda: "CO2 monitors to be mandatory in all Dutch classrooms". Disponível em: <https://www.dutchnews.nl/news/2022/09/co2-monitors-to-be-mandatory-in-all-dutch-classrooms/>

⁴⁴ "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a impossibilidade de responsabilização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos agentes públicos desses entes federados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal; e dá outras providências." Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc119.htm

Freitas em relação ao aumento de investimentos para a área da educação, bem como a políticas de vacinação. Assim, é preocupante que a vacinação para COVID-19 tenha recebido destaque apenas pelo programa de Fernando Haddad, especialmente no presente contexto da vacinação de pessoas em idade escolar, que conta com índices tão baixos, mesmo com as recentes aprovações de vacina para novas faixas etárias.

Podemos ainda ponderar que, após um momento tão traumático para o mundo todo e para a população brasileira, que viu quase 700 mil vidas perdidas pela COVID-19, causa estranhamento que a pandemia e os problemas causados por ela tenham recebido atenção tão tímida por parte dos planos de governo dos candidatos à Presidência e ao Governo de SP que passaram para o segundo turno das eleições.

Recomendações

- O reconhecimento amplo e diverso dos impactos da pandemia da COVID-19 sobre a educação é indispensável para a superação dos desafios que se apresentam. É preciso atenção dos candidatos e daqueles eventualmente eleitos para as diversas dimensões afetadas, não apenas para a defasagem do aprendizado, mas para o acesso, desigualdades, evasão, investimentos em infraestrutura e saúde mental, com metas específicas;
- Os candidatos devem fortalecer o papel do Ministério da Educação para retomar e avançar em seu protagonismo na coordenação da educação pública no país. O presidente eleito deve se comprometer em criar condições para que o MEC recupere seu papel propositivo e articulador e lidere iniciativas para recuperar as perdas na educação, com foco na redução das desigualdades regionais. Qualquer que seja o vencedor nas disputas, as nomeações para os cargos devem ser de pessoas qualificadas com conhecimento da área;
- Os governos que venham a tomar posse em 2023 devem agir para que educação, saúde e assistência social atuem de modo articulado. Somente será possível lidar com os resultados da pandemia em áreas como evasão escolar, saúde mental e defasagem no aprendizado com políticas conjuntas de diversos setores. Planos devem ser anunciados para o período inteiro de gestão com resultados que possam ser avaliados a cada ano e, assim, aprimorados;
- Em meio às consequências que a pandemia trouxe ao processo educacional, será necessário ao governo federal um maior esforço, não apenas na esfera da coordenação federativa, mas também na esfera do gasto e financiamento educacional. A educação como prioridade, com aumento de verbas e direcionamento às áreas mais afetadas durante a pandemia, como a educação básica, se faz necessária, portanto, para a compensação de perdas e planejamento educacional no próximo ciclo eleitoral;
- A evasão escolar, problema persistente do sistema público de ensino, sobretudo no ensino médio, carece de políticas de maior impacto. Com a pandemia, a situação se agravou e novas estratégias, com aumento de investimentos, são necessárias. São necessárias iniciativas de restabelecimento dos vínculos com a escola, perdidos no período da pandemia, tanto em nível federal como estadual;

- Os novos governos precisam se comprometer com a garantia de acesso à internet, que é, cada vez mais, elemento central do direito à educação e precisa ser tratado como prioridade pelos governos, ministérios e secretarias. Investimentos para fazer com que a internet chegue a todos, democratização do acesso a dispositivos e capacitação para o uso, são medidas de extrema importância;
- O governo federal precisa cumprir com seu papel em proteger o direito à saúde, em consonância com o artigo 14 do Estatuto da Criança e Adolescente que prevê a vacinação obrigatória em “casos recomendados pelas autoridades sanitárias”. O acesso às primeiras doses para as crianças de 5 anos e menores precisa ser oferecido com urgência pelo Programa Nacional de Imunização. O Ministério da Saúde precisa adotar a terceira dose para as crianças de 5 a 11 anos, e promover a cobertura das doses de reforço da vacina contra a COVID-19;
- O governo federal e os governos estaduais precisam articular campanhas que integrem as escolas na ampliação da vacinação da comunidade escolar. Além de intensificar ações direcionadas à vacinação de outras doenças que se encontram com baixa adesão pela comunidade escolar;
- A infraestrutura das escolas permanece com fragilidades que aumentam o risco de transmissão de SARS-CoV-2. Os novos governos precisam investir em políticas para monitorar a qualidade do ar e garantir a ventilação em salas de aula;
- A política de obrigatoriedade, ou ao menos do incentivo do uso de máscaras é alternativa recomendável, sobretudo enquanto as taxas de vacinação infantil se mantiverem baixas. Bem como a implementação de formas de divulgação de dados de maneira mais transparente, para que se tenha conhecimento de informações a respeito da comunidade escolar, tanto quanto a surtos e afastamentos, quanto em relação à evasão escolar.

O QUE É A REDE

Somos mais de 100 pesquisadores mobilizados para aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da Covid-19 para salvar vidas. Colocamos nossas energias no levantamento rigoroso de dados, na geração de informação criteriosa, na criação de indicadores, na elaboração de modelos e análises para acompanhar e identificar caminhos para as políticas públicas e examinar as respostas que a população oferece.

A Rede de Pesquisa Solidária conta com pesquisadores das Humanidades, das Exatas e Biológicas, no Brasil e em outros países. Para nós, a fusão de competências e técnicas é essencial para se enfrentar a atual pandemia. O desafio é enorme, mas é especialmente entusiasmante.

E jamais seria realidade se não fosse a contribuição generosa de instituições e doadores privados que responderam rapidamente aos nossos apelos. A todos os que nos apoiam, nosso muito obrigado.

QUEM FAZ

Comitê de Coordenação

Lorena Barberia (USP); Luciana Santana (Universidade Federal de Alagoas); Ian Prates (CEBRAP, Social Accountability International); Tatiane C. Moraes de Sousa (Fiocruz); João Paulo Veiga (USP); Vera Silvia Facciolla Paiva (Professora Titular, Instituto de Psicologia, USP); Ursula Dias Peres (EACH/USP e CEM/USP)

Coordenação Científica Lorena Barberia (USP)

Editores Vera Paiva, João Paulo Veiga e Lorena Barberia

Doações e contato redepesquisasolidaria@gmail.com

Consultores Alexandre Schneider (Instituto Singularidades) • Alvaro Comin (USP) • Arachu Castro (Tulane University) • Diogo Ferrari (University of California, Riverside) • Eduardo J. Gómez (Institute of Health Policy & Politics, Lehigh University) • Ester Sabino (USP) • Fernanda Campagnucci (Open Knowledge Brasil) • Flavio Cireno Fernandes (Fundação Joaquim Nabuco) • Guy D. Whitten (Texas A&M University) • Manoel Galdino (Transparência Brasil) • Márcia Lima (USP e AFRO-Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial) • Marta Arretche (USP e Centro de Estudos da Metrópole-CEM) • Nésio Fernandes (Secretaria de Saúde, Espírito Santo) • Paulo Artaxo (USP) • Renata Bichir (USP e CEM) • Sílvia Figueiredo Costa (USP)

Design Claudia Ranzini

Visite nosso site: <https://redespesquisasolidaria.org/>

Email: redespesquisasolidaria@gmail.com

Siga a Rede de Pesquisa Solidária nas redes sociais



Equipe responsável pela Nota Técnica No.42

Pesquisadores responsáveis

Lorena Barberia (USP), Luiz G. R. Cantarelli (USP), Pedro Henrique De Santana Schmalz (USP), Maíra Meyer (USP), Dara Aparecida Vilela Pinto (USP), Vinícius Bello Pereira (USP), Ellen Moraes Fernandes (USP), Luana Prudente (USP), Gustavo Fernandes de Paula (USP) e Marcelo Borges (Observatório COVID-19 Br)

Instituições parceiras



Instituições de apoio

